

SUMÁRIO

Capítulo I

A TEORIA GERAL DO PROCESSO	31
1. Teoria Geral do Processo: objeto e pressuposto.....	31
2. A Teoria Geral como tronco dos diferentes ramos do processo	32
3. Ensino da disciplina.....	34
4. Conteúdo programático	35
5. Relações com as demais disciplinas jurídicas	36
6. Autores e obras fundamentais	37

Capítulo II

A UNIDADE PROCESSUAL.....	43
1. Concepção dualista	43
2. Concepção unitária	44
3. Em abono da unidade	46

Capítulo III

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	47
1. A trilogia estrutural da ciência do processo.....	47
2. Conceituação do trinômio e de outros termos do Direito Processual	47
2.1. Jurisdição	47
2.2. Competência	48
2.3. Ação	49
2.4. Demanda.....	49
2.5. Interesse de agir	50
2.6. Pretensão.....	50
2.7. Ação de direito material.....	51
2.8. Lide.....	51
2.9. Defesa.....	52
2.10. Revelia.....	52

2.11. Exceção	53
2.12. Ônus.....	54
2.13. Processo.....	56
2.14. Procedimento	56
2.15. Partes e terceiros.....	57
2.16. Atos processuais	58
2.17. Atos do juiz e dos tribunais	59
2.18. Recurso.....	61
2.19. Preclusão	61
2.20. Coisa julgada	62

Capítulo IV

FONTES E RAÍZES HISTÓRICAS DO DIREITO PROCESSUAL.....	65
1. Fontes do Direito Processual	65
2. Raízes históricas.....	69
2.1. Origens remotas: do processo romano ao processo comum	69
2.2. Origens remotas: do processo visigótico ao processo ibérico.....	71
2.3. Origens próximas: do processo brasileiro no Império ao processo atual	72

Capítulo V

NATUREZA E INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL	77
1. Natureza da norma processual	77
2. Interpretação da norma processual.....	79

Capítulo VI

PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO.....	83
1. Princípios gerais do direito e princípios gerais do processo	83
2. Princípios informativos do processo universal	84
3. Princípios constitucionais do processo.....	85
3.1. Princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV).....	85
3.2. Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, c/c XXXVII)	86
3.3. Princípio do contraditório (art. 5º, LV)	86
3.4. Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, cit.)	86
3.5. Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX)	86
3.6. Princípio da publicidade (art. 5º, LX, c/c art. 93, IX)	87

3.7.	Princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional (Const., art. 5º, XXXV; CPC, art. 3º)	87
3.8.	Princípio da licitude das provas (art. 5º, LVI)	88
3.9.	Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	89
3.10.	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII)	89
3.11.	Princípio da não autoincriminação	90
4.	Princípios infraconstitucionais do processo	91
4.1.	Princípio dispositivo	91
4.2.	Princípio do impulso oficial	94
4.3.	Princípio do procedimento vinculado	94
4.4.	Princípio da instrumentalidade das formas	94
4.5.	Princípio da lealdade processual	95
4.6.	Princípio da oralidade processual	96
4.7.	Princípio da primazia da decisão de mérito	98
4.8.	Princípio da cooperação	98
4.9.	Princípio da efetividade	99
4.10.	Princípio da proteção, no processo do trabalho	99

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO

1.	O Direito Processual Intertemporal e seus três sistemas	101
2.	Aplicação da lei nova aos processos pendentes: a regra e suas exceções	103

Capítulo VIII

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO

1.	O princípio da territorialidade	107
2.	A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro	108
3.	Cooperação dos órgãos judiciários no plano internacional	109

Capítulo IX

DA JURISDIÇÃO

1.	Conceito	111
2.	Jurisdição una e jurisdição dúplice	113
3.	Jurisdição, mediação e arbitragem	113
4.	Sentido da atividade jurisdicional	117

5.	Escopo da jurisdição.....	119
6.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	121
7.	Princípios fundamentais da jurisdição.....	121
8.	Jurisdição e competência.....	122

Capítulo X

DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 125

1.	Natureza jurídica da jurisdição voluntária	125
1.1.	Doutrina jurisdicionalista	126
1.2.	Doutrina administrativista	127
1.3.	Críticas de ALCALÀ-ZAMORA e COUTURE.....	127
1.4.	O pensamento de AMÍLCAR DE CASTRO	128
1.5.	A tendência atual da doutrina	128
2.	Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa: critérios distintivos	131
3.	A jurisdição voluntária no Código de Processo Civil brasileiro	133
3.1.	Doutrina acolhida	133
3.2.	Denominação adotada	134
3.3.	Casos controversos	135
3.4.	Formas de procedimento.....	137
4.	O Ministério Público na Jurisdição Voluntária	138
5.	Transformação do procedimento voluntário em contencioso: regra de <i>d'Argentrée</i>	138
6.	Outros aspectos do tema	140

Capítulo XI

TEORIA GERAL DA COMPETÊNCIA 145

1.	Conceito	145
2.	Critérios determinativos	147
3.	Competência absoluta e competência relativa.....	151
4.	Regras de competência territorial: foro comum e foros especiais	154
5.	Modificações da competência: conexão e continência	156
6.	Controle da competência.....	159

Capítulo XII

DA AÇÃO..... 161

1.	Conceito	161
----	----------------	-----

2.	Ação de direito processual e ação de direito material.....	162
3.	A autonomia do direito de ação.....	163
4.	Teorias sobre a natureza da ação.....	164
5.	O exercício da ação.....	168
6.	O abuso do direito de ação.....	169
7.	A tripartição lógica: pressupostos processuais, condições da ação e mérito.....	169
8.	Classificação das ações.....	172
9.	A ação e as ações: razão da existência de ações nominadas	175
9.1.	Ação Pauliana	175
9.2.	Ação Redibitória e Ação <i>Quantum Minoris</i>	176
9.3.	Ação Confessória	176
9.4.	Ação Negatória	176
9.5.	Ação Reivindicatória.....	176
9.6.	Ação de Petição de Herança.....	176
9.7.	Ação Cominatória.....	176
9.8.	Ação de Imissão na Posse.....	176
9.9.	Ação de Investigação de Paternidade.....	177
9.10.	Ação de Repetição de Indébito Tributário	177

Capítulo XIII

DO PROCESSO		179
1.	Conceito	179
2.	Processo judicial e processo administrativo.....	180
3.	Processo intersubjetivo e processo coletivo	181
4.	Processo entre partes e processo objetivo.....	182
5.	Processo no sistema arbitral.....	184
6.	Processo judicial: natureza jurídica.....	185
7.	Sujeitos da relação processual – vínculos que entre eles se estabelecem.....	189

Capítulo XIV

DO PROCEDIMENTO.....	193
1. Conceito	193
2. Tipos de procedimento	194

3.	Fases do procedimento	196
4.	Competência para legislar sobre procedimentos	197

Capítulo XV

TEORIA GERAL DA PROVA		201
1.	Conceito, sede normativa e campo de estudo. O direito à prova.....	201
2.	Objeto; fatos excluídos da produção de prova. Fatos notórios e máximas da experiência	203
3.	Verossimilhança, probabilidade e certeza	205
4.	Classificação das provas.....	207
5.	Meios de prova.....	212
6.	Ônus da prova. Antecipação da prova.....	216
7.	Valoração da prova.....	218

Capítulo XVI

TEORIA GERAL DAS NULIDADES PROCESSUAIS		221
1.	Existência, eficácia e validade dos atos processuais.....	221
2.	Vícios dos atos processuais: as nulidades.....	223
3.	Princípios que norteiam o reconhecimento das nulidades	228
3.1.	Presunção de regularidade	228
3.2.	Aproveitamento dos atos defeituosos	228
3.3.	Interesse na arguição	228
3.4.	Instrumentalidade das formas.....	228
3.5.	Existência de prejuízo	228
3.6.	Causalidade	229
3.7.	Conservação	229
3.8.	Convalidação do vício	229
3.9.	Preclusão das nulidades relativas	229
3.10.	Interpretação estrita	229
4.	Consequências que derivam da imperfeição dos atos processuais.....	230
5.	As nulidades e a coisa julgada; situações supervenientes	231

Capítulo XVII

O ADVOGADO		233
1.	O advogado e o <i>jus postulandi</i>	233

2.	O advogado como representante da parte ou como defensor do acusado	236
3.	O mandato judicial	237
4.	Conduta ética do advogado e suas implicações processuais.....	239
5.	Responsabilidade civil do advogado.....	240
6.	A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil	243

Capítulo XVIII

O MINISTÉRIO PÚBLICO	247
-----------------------------------	------------

1.	A instituição do Ministério Público	247
2.	Estrutura do Ministério Público Brasileiro.....	249
3.	Funções institucionais do Ministério Público.....	251
4.	O Ministério Público como parte.....	253
5.	O Ministério Público como fiscal da Ordem Jurídica	255
6.	Outras funções do Ministério Público.....	257

Capítulo XIX

A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	259
---------------------------------------	------------

1.	Estrutura do Poder Judiciário brasileiro: sistema dualista.....	259
2.	Jurisdição una: o monopólio da função jurisdicional	261
3.	Os magistrados: carreira, garantias, limitações, disciplina.....	262
4.	Autogoverno da magistratura	265
5.	Órgãos que compõem o Judiciário: juízes e tribunais.....	265
5.1.	Justiça comum e Justiças especiais.....	265
5.2.	Justiça Federal comum e Justiça Estadual ou local	266
5.3.	Justiças especiais: ramos correspondentes	268
5.3.1.	Justiça do Trabalho	268
5.3.2.	Justiça Eleitoral	270
5.3.3.	Justiça Militar	271
5.4.	Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.....	271
6.	Conselho Nacional de Justiça	273
7.	Funções essenciais à Justiça: a Defensoria Pública	276
8.	Órgãos auxiliares da Justiça	277
9.	Organograma do Poder Judiciário	279

Capítulo XX**JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL..... 283**

1. A Justiça Federal e a Justiça Estadual no sistema dualista. Estrutura dos respectivos órgãos 283
2. A competência da Justiça Estadual: caráter residual..... 286
3. A competência da Justiça Federal: critérios determinativos..... 287

BIBLIOGRAFIA 293